



Liberalismo e conservadorismo nos Estados Unidos: construção e evolução no século XX

Camila Vidal*

Resumo: Estudos sobre polarização partidária tem sido uma constante no atual debate acadêmico estadunidense. Nesse sentido, partido e ideologia estariam mais alinhados entre si resultando em distanciamento entre os partidos políticos. Entretanto, a dicotomia Conservadorismo x Liberalismo, hoje enraizadas nos partidos a ponto de serem usadas como sinônimos desses, fazem parte de construções distintas. O objetivo desse trabalho, assim, é de apresentar a construção desses conceitos. Para isso, recorreu-se a revisão bibliográfica e pesquisa documental a partir de literatura especializada e de fontes primárias – em específico, discursos e ensaios escritos por protagonistas na construção desses conceitos. Por fim, podemos argumentar que a noção de “Liberalismo” emerge no meio político para lidar com questões práticas e está associada diretamente às políticas do New Deal, enquanto o “Conservadorismo” é construído no meio acadêmico com aporte do empresariado e apoio de lideranças evangélicas na tentativa de articular uma frente oposta à essas mesmas políticas.

Palavras-chave: Liberalismo, conservadorismo, Estados Unidos.

Liberalism and conservatism in the United States: construction and evolution in the 20th Century

Abstract: Party polarization has been a major theme in the North-American academic debate. As such, political party and ideology have been interconnected resulting in a greater distance between the parties. Nevertheless, the dichotomy Conservatism vs. Liberalism, so intrinsically rooted in the parties as to become synonymous, were created in distinct ways. This study aims, therefore, is to present the building of these concepts. To that, we resorted to specialized literature and documents from discourses and essays written by major actors in the construction of these ideologies. Lastly, we can argue that the concept of “Liberalism” emerges in the political field to deal with practical issues and is directly associated to the New Deal policies, while “Conservatism” is built in the academic arena with support of both entrepreneurs and evangelical leaders aiming to congregate an unified front opposed to these same policies.

* Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e no Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Keywords: Liberalism. Conservatism. United States.

Introdução

O conservadorismo estadunidense e o Partido Republicano (PR), assim como o Partido Democrata (PD) e o liberalismo não são termos intercambiáveis. De fato, desde a década de 1960 o Partido Republicano passaria a ser caracterizado como um partido conservador, atrelado ao sul do país que defende uma menor ingerência federal nas questões econômicas e que valoriza a moralidade no âmbito “doméstico” bem como a autonomia nos assuntos “externos”. O Partido Democrata, ao contrário, passaria a ser considerado como um partido progressista e liberal que defende o papel do governo federal na economia através de redes de assistência social, que defende as minorias e que se utiliza de meios multilaterais no âmbito externo. Conforme Mann (2014, p.2), “for perhaps the first time in American history, the two dominant ideologies have captured the two dominant political parties”.

A definição de uma ideologia é um trabalho difícil em função da pluralidade de aspectos e de temas, da fluidez com que se essa se transforma e do próprio contexto em que se ela está inserida e abordado. Nada mais são do que abstrações que por conta de processos de reificação, são capazes de dar às pessoas uma certa coesão e base de pensamento (GREEN, 1992). Assim, pela porosidade e fluidez desse tipo de conceito, optou-se aqui por uma reconstrução histórica de como esses conceitos surgem e vão sendo moldados ao longo dos anos. O interesse aqui reside, portanto, nos diferentes aportes dados à certos conceitos a partir de determinados atores inseridos em um contexto próprio. É, assim, um trabalho teórico a partir de um estudo da história de um “discurso” político através da sua *langue* (estruturas de linguagem) e da *parole* (atos de fala) que são transmitidos e reiterados sucessivamente (POCOCK, 2003) e cuja evolução é central na formação de uma “consciência política” e da própria evolução política (GREEN 1992, p.2).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é apresentar a construção desses conceitos – liberalismo e conservadorismo – nos Estados Unidos (EUA) a partir da instauração do New Deal na década de 1930. Para isso, recorreu-se a revisão bibliográfica e pesquisa documental a partir de literatura especializada e de fontes primárias – em específico, discursos e ensaios escritos por protagonistas na construção desses conceitos. É importante, no entanto, apontar as dificuldades desse tipo de abordagem. Em primeiro lugar, esses conceitos não são fixos, mas fluídos. Em segundo lugar, não há uma coerência necessária entre as várias vertentes dessas ideologias, em específico no que diz respeito ao conservadorismo que abrange correntes contraditórias entre si. Terceiro, como mensurar e reproduzir de maneira coerente e



o mais fiel possível o que são, como diz Rossiter (1962), um “mosaico de opiniões”? Por fim, é importante explicar que, apesar do “conservadorismo” e do “liberalismo” serem conceitos relativamente novos nos EUA, sempre existiram vertentes que poderiam ser caracterizadas como liberais ou conservadoras. O próprio debate acerca da organização federal já atentava para dois grupos: federalistas e anti-federalistas. Ao invés de rótulos como “conservadorismo” e “liberalismo”, falava-se em “paternalismo” e “individualismo”.

Assim, esses conceitos são continuações de certas visões de mundo e de filosofias políticas que fizeram parte da história estadunidense. No entanto, passam a ser melhor definidas, justificadas e legitimadas a partir de um determinado momento histórico por conta da atuação de certos atores que buscavam lhes impor uma certa caracterização ideológica própria e atrelá-los a um partido político. No caso do liberalismo¹, a partir de meados da década de 1930 com o governo Franklin Delano Roosevelt (FDR); no caso do conservadorismo, a partir da década de 1950 com o desenvolvimento de um network composto por intelectuais, ativistas e empresários.

O Liberalismo nos Estados Unidos

Na década de 1920, o republicano Herbert Hoover se auto-identificava como “liberal” (GREEN, 1992). Na década seguinte, Robert Taft, Senador de Ohio pelo PR também se caracterizava como “liberal” (FARBER, 2010). Defensores do governo mínimo e do *laissez faire*, Hoover e Taft se referiam ao liberalismo clássico contra um estado que acreditavam ser “autoritário”. Em 1932, no entanto, Franklin Delano Roosevelt redefiniria o termo.

A grande depressão de 1929 fez parte de uma série de crises financeiras a atingir os EUA em um período relativamente curto de tempo. Historicamente e em função da própria organização institucional de caráter altamente federativo, o governo federal era percebido como uma instituição distante da vida cotidiana do estadunidense cujo caráter principal se dava na proteção da unidade nacional frente a assuntos internacionais. Mesmo no auge da crise de 1929, a percepção do governo federal era a de que o indivíduo deve ser “self-reliant and not depended on government” (HANES e HANES, 2003, p.15), concepção essa compartilhada pela própria sociedade conforme relata o ex diplomata George Kenan: “when times were hard, as they often were, groans and lamentations went up to God, but never to Washington” (*apud* HEALE, 1999, p. 14). Na eleição de 1932, uma população faminta e

¹ O entendimento de liberalismo nos EUA é distinto do Brasil. Enquanto nos EUA essa ideologia está relacionada à esquerda do espectro político no que tange à economia a partir de uma leitura Keynesiana, aqui é associado ao liberalismo clássico próprio da Escola Austríaca.



exausta decidia entre a manutenção de Hoover ou a novidade que representava FDR pelo PD. Sendo Hoover identificado com a grande depressão, a escolha foi óbvia.

A ruptura e a inovação que FDR representa não podem ser menosprezados. Pela primeira vez, o governo federal iria intervir em várias esferas antes estaduais ou privadas. Também pela primeira vez a própria estrutura econômica e as tradições estadunidenses iriam ser questionadas:

We must lay hold of the fact that economic laws are not made by nature. They are made by human beings [...] Today we shall have come through a period of loose thinking, descending morals, an era of selfishness, among individual men and women and among nations. Blame not government alone for this. Blame ourselves in equal share (ROOSEVELT, 1932).

A mudança basilar que Roosevelt sugeria tinha como objetivo de governo o de ocupar um vácuo deixado pela falta de instituições de controle na busca pela preservação da liberdade e da segurança da sociedade frente às incertezas do mercado. Assim, passava a exercer um papel de árbitro entre o mercado e a sociedade. De fato, a mudança que FDR sugeria era ampla: o governo federal passava a ser associado não mais a uma tirania e pseudo-aristocracia; mas a um benfeitor, garantidor das necessidades básicas de uma população exaurida. A ruptura com o modelo de *laissez faire* não se restringiu ao discurso. FDR buscou colocar em prática essas mudanças através de uma série de programas federais, conhecidos como New Deal. Entre março de 1933 e junho de 1934 inúmeras medidas e programas federais de emergência passaram pelo Congresso. Já entre abril de 1935 e junho de 1938 foram aprovadas medidas e programas federais de planejamento e reforma permanente que atuaram como personificação de ideias abstratas e de uma filosofia que ali nascia – o liberalismo estadunidense.

Os programas do New Deal buscavam corrigir os problemas gerados com a crise econômica, em específico a espiral deflacionária, através da intervenção massiva do governo em áreas até então “privadas”. A iniciativa federal Civilian Conservation Corps, por exemplo, no intuito emergencial de prover trabalho para uma parcela da população de 30% de desempregados proporcionava trabalho manual para jovens adultos nas áreas rurais. Pela primeira vez o governo federal passava a atuar de forma mais incisiva no mercado e na relação empregador e empregado - ele próprio agora uma espécie de empregador. Já o Federal Emergency Relief Administration, com o objetivo de auxílio financeiro federal, representou a ruptura com o padrão tradicional que relegava a instituições voluntárias e filantrópicas a proteção a indivíduos em necessidades. O governo federal passaria a controlar a produção agrícola através do Agricultural Adjustment Act e o mercado através da National



Industrial Recovery Act; e a criar empregos públicos através do Public Works Administration com a contratação de indivíduos para trabalhos desde a construção de esgotos e redes de eletricidade até a prevenção de solo e construção de pontes. Dentre outros programas e instituições construídos nesse primeiro período emergencial, um merece destaque: a criação do Securities Exchange Act que coibia abusos no setor financeiro de ações da bolsa. Através da criação da Securities and Exchange Commission, a Wall Street passava a ser regulada por Washington.

A maior parte dessas primeiras medidas aprovadas e aplicadas no primeiro período do New Deal, acabariam sendo suplantadas ou pelo seu próprio caráter temporário ou por decisões da Suprema Corte e do Congresso. No entanto, tiveram duas consequências importantes: em primeiro lugar, a crise começava a estagnar e, em segundo lugar, contribuíram para que uma outra concepção de economia e de representação pública pudesse tomar forma, qual seja, o entendimento de que o governo federal poderia ter um papel importante na condução da sociedade e da economia.

O segundo período do New Deal já não se caracterizava por medidas meramente emergenciais. O objetivo de FDR nesse momento era o de consolidar um sistema de planejamento a longo prazo. Uma das primeiras medidas desse novo período é a aprovação do National Labor Relation Act em 1935 que promovia a organização sindical e a coordenação dos próprios trabalhadores. Uma segunda medida de planejamento foi a instauração do Social Security, representando as origens do ainda incipiente programa de bem-estar social. Por fim, o Wealth Tax Act que representava a tentativa do governo FDR com a redistribuição de renda.

Em retrospecto, o New Deal significava um “pouporri de iniciativas” (CHAFE, 2003). Sem uma ideologia clara e coerente, esse experimento refletia uma amalgama de ideias e de impulsos. No entanto, seria simplista demais imaginar que essas propostas nasceram em um vácuo ideológico. Conforme Chafe (2003, p.2) “The New Deal may have had no coherence, but it did have foundations”. Ainda que lhe faltasse a justificativa econômica lógica (a que Keynes prontamente faria em 1936) e lhe sobrasse argumentos morais, o pensamento de FDR fazia parte de uma crescente onda progressista que desde fins do século XIX buscava espaço na política².

² A tradição progressista incluía intelectuais como John Dewey e políticos filiados a ambos os partidos (Theodore Roosevelt e Robert La Follette por parte do Partido Republicano; e Woodrow Wilson por parte do Partido Democrata, por exemplo) em busca de uma reforma política e econômica de maior “igualdade, oportunidade e liberdade.



Não por acaso, Roosevelt no seu discurso de 1936 faz uma análise praticamente idêntica a do progressista John Dewey quando do “novo” entendimento de liberdade em um contexto caracterizado pela industrialização. Enquanto em 1776 os liberais buscavam a liberdade contra a tirania na política, agora eles buscavam a liberdade contra a tirania do capital:

An old Englishmen judge once said „Necessitous men are not free men“. Liberty requires opportunities to make a living – a living decent according to the standard of the time, a living which gives man not only enough to live by, but something to live for. For too many of us the political equality we once had won was meaningless in the face of economic inequality. A small group had concentrated into their hands an almost complete control over other people’s property, other people’s money, other people’s labor – other people’s lives. For too many of us life was no longer free; liberty no longer real (ROOSEVELT, 1936, s/p).

Esse novo significado dado por Roosevelt entendia que os princípios liberais da época Iluminista eram insuficientes no contexto atual estadunidense onde monopólios e corporações interferiam na realização de liberdades individuais. Ao apropriar-se do termo dando a ele um novo significado, o New Deal passou a representar o berço do liberalismo estadunidense. Se antes esse termo era utilizado atrelando-se ao liberalismo europeu, agora ele tinha uma conotação própria e específica dos Estados Unidos: o liberalismo passava a ser tudo aquilo que o New Deal representava. De fato, Roosevelt foi um sucessor da era progressista e um precursor da Great Society de Lyndon Johnson. Para Lawson (2006), o New Deal, sendo o mais amplo programa de reformas sociais e econômica, seria a culminação da tradição progressista nos Estados Unidos.

O governo de Roosevelt (e o programa por ele orquestrado) possui importância ímpar tanto no que diz respeito a formalização de uma ideologia – o liberalismo; quanto no que se refere a própria reestruturação do PD. Em primeiro lugar, FDR foi o responsável pela consolidação de uma coalizão de eleitores que passariam a associar-se com o Partido Democrata composto por operários, negros e intelectuais liberais. Para Heale (1999), nunca na história dos Estados Unidos um partido passaria a ser identificado com o operariado de forma tão concreta quanto o Democrata a partir desse governo. A partir dele, novos conceitos de justiça e igualdade social tomaram proporções maiores inclusive trazendo a público o debate sobre responsabilidades coletivas e individuais. No que tange à política externa verifica-se uma política intervencionista mas a partir de mecanismos e acordos multilaterais do progressista Woodrow Wilson. De fato, ao contrário da tradição isolacionista presente nos Estados Unidos, os últimos anos do governo FDR serviram para passar a imagem de que os liberais tinham responsabilidades internacionais:



We have learned that we cannot live alone, at peace; that our own well-being is dependent on the well-being of other Nations, far away. [...] We have learned to be citizens of the world, members of the human community. We have learned the simple truth, as Emerson said, that „the only way to have a friend is to be one“ (ROOSEVELT, 1945, s/p).

Se FDR foi a personificação de uma filosofia política, os governos democratas seguintes serviram para consolidá-la e, em certas esferas, expandi-la. Nesse sentido, se o liberalismo estadunidense tem no New Deal de Roosevelt seu berço, da mesma forma tem na Great Society de Lyndon Johnson a sua mais clara expansão e o ápice dessa filosofia política (DALLEK, 1998). A Society de Johnson se baseava em dois pilares: a “guerra contra a pobreza” e o fim da segregação racial. Já no seu primeiro discurso ao Congresso (JOHNSON, 1964), estabelecia um novo entendimento sobre as causas e as obrigações do governo federal frente a pobreza. Nesse sentido, atentava para o fato de que o desemprego seria consequência da inabilidade do governo federal de providenciar estruturas básicas para a população. Com o objetivo não só de “curar” a pobreza, mas também de “preveni-la”, Johnson estabeleceria uma série de instâncias onde o governo federal deveria intervir através de programas próprios e de maiores recursos dentre eles os conhecidos programas de saúde pública Medicare e Medicaid.

Referente a questão racial, a Great Society de Johnson foi sintomática. Se Kennedy já vinha acenando positivamente para os movimentos Civil Rights a partir de fatos e incidentes específicos, Johnson em 1964 assinaria o Civil Rights Act que proibia segregação e discriminação racial em locais públicos; e em 1965, o Voting Rights Act que suspendia a manutenção de determinados requisitos para votar. A partir daí o PD se redefiniria: ao mesmo tempo que ganhava uma base eleitoral afrodescendente, perdia os segregacionistas sulistas.

A política externa de Johnson manteve as mesmas diretrizes de Kennedy. Já no seu discurso de posse deixava claro o que viria ser o tom da sua presidência nessa questão: menos armas, mais diálogo: “Weapons do not make peace. Men make peace. And peace comes not through strength alone, but through wisdom and patience and restraint” (JOHNSON, 1964). Por fim, ao mesmo tempo em que o governo de Johnson é considerado o ápice da trajetória liberal nos Estados Unidos, marca também a completa inserção dessa ideologia dentro do PD. Se antes havia uma facção conservadora dentro desse partido, caracterizada pelo “solid south” (majoritariamente segregacionistas), agora essa base de apoio se transferia para o partido opositor. A década de 1960 nos indica, assim, o começo do “sorting” ideológico hoje tão perceptível: o PD passava a ser o partido liberal; e o PR migrava para o campo conservador.

O liberalismo, assim, pode ser entendido a partir de certos eixos: O objetivo está na igualdade a partir da qual o governo detém um papel importante – intervém em áreas até



então consideradas “privadas” sem, no entanto, descaracterizar o capitalismo típico estadunidense. Assim, o liberalismo é caracterizado por uma “mixed economy” ao estilo Keynesiano – o governo intervém como um árbitro para direcionar o andamento da econômica capitalista e mitigar os efeitos negativos na sociedade. Na área social, o liberalismo defende uma certa concepção multicultural, perceptível na preocupação com os direitos das minorias. No que diz respeito à política externa, caracterizou-se por anticomunismo caracterizado por políticas intervencionistas, mas que enfatizam a consertação multilateral.

O conservadorismo estadunidense

Até 1945 não havia uma força intelectual ou política conservadora relativamente articulada e coordenada (NASH, 1996). É certo que já haviam vozes dissidentes em relação ao que começava a ser caracterizado como liberalismo, da mesma forma que haviam vozes contra o “engrandecimento” do estado federal. No entanto, eram vozes soltas, faltando-lhes uma ideologia própria que as unisse e as fizesse mais identificável aos olhos da população e dos partidos políticos.

Desde a eleição de FDR que proporcionou, pela primeira vez, sucessivas vitórias democratas no âmbito federal, o PD trilhava um caminho liberal. De modo não muito contrário, o PR passou a trilhar o mesmo caminho. É justamente esse o período considerado “me too politics” onde afluíam trabalhos sobre o fim da ideologia e o fim dos partidos políticos. Não sendo o PR um artifício para desafiar a ideologia dominante, coube a indivíduos fora do sistema político o desenvolvimento de uma alternativa que contrabalançasse o crescente peso que a ideologia liberal tomava na política e na sociedade estadunidense.

O conservadorismo nasce, assim, como reação ao liberalismo a partir de fins da década de 1950 (PIERSON e SKOCPOL, 2007; SCHNEIDER, 2009; NASH, 1996 e 2009; BRENNAN, 1995; FARBER, 2010; GIFFORD e WILLIAMS, 2012; THOMPSON, 2007; ABERBACH e PEELE, 2011; HIMMELSTEIN, 1989; PHILIPS-FEIN, 2009). Ainda que tenha raízes antigas datando da própria formação dos Estados Unidos, essa ideologia em conjunto com as vertentes que a definem hoje foi efetivamente “inventada” (GOTTFRIED, 2007) ou “construída” (NASH, 1996) no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial com dois objetivos muito claros: fazer uma contraposição a ideologia dominante e “capturar” um partido político com esse fim (GIFFORD e WILLIAMS, 2012).



Esse movimento tem início a partir do debate que se trava entre intelectuais e acadêmicos. No entanto, como argumenta Nash (1996), livros por si só não criam um movimento intelectual e político. Daí a necessidade da construção de uma ampla rede de networks com impacto político (FARBER, 2010; BRENNAN, 1995). Essa construção de networks, por sua vez, só pode ser efetivada com recursos financeiros. Ideias e recurso financeiro, nesse sentido, tornar-se-iam cruciais para a criação e manutenção do movimento conservador. Nesse sentido, está intimamente associado com intelectuais, ativistas e empresários. Esses indivíduos construiriam uma ideologia e um movimento baseado em três pilares: na economia, uma aversão ao estado de bem-estar social que representava o New Deal; nas questões sociais a retomada da moralidade, das tradições e da religião; e na política externa, o combate ao comunismo através de uma política intervencionista unilateral. Esses três elementos permanecem até hoje como as bases dessa ideologia: o libertarianismo, o tradicionalismo e o anticomunismo militante (HIMMELSTEIN, 1989).

A década de 1940 serviu como um solo fértil para que o movimento germinasse na década seguinte. Em 1944 o economista austríaco e professor na London School of Economics, Friedrich Hayek, lançava *The Road to Serfdom*. Tendo sido influenciado diretamente por Ludwig von Mises, essa obra expunha as bases de uma filosofia econômica que passaria a ser vinculada diretamente com o conservadorismo. Escrito no fim da Segunda Guerra Mundial, a tese de Hayek era simples: planejamento econômico leva à ditadura já que a tomada da direção da economia por estadistas inevitavelmente acarreta em supressão da liberdade para a sociedade. A preocupação central de Hayek era o crescente estado de bem-estar social tanto na Inglaterra quanto nos EUA que nada mais era do que uma “estrada para a servidão”. Em um momento onde a ideologia dominante era o liberalismo associado às políticas Keynesianas; o trabalho de Hayek não só justificava como legitimava defensores do *laissez faire*.

Nos EUA, Hayek e Mises associaram-se ao Foundation for Economic Education (FEE), entidade fundada em 1946 pelo empresário Leonard Read e composta por empresários, acadêmicos e economistas que tinham como objetivo divulgar a filosofia libertária. Outras tantas obras, como *The Fountainhead* de Ayn Rand, e instituições como a Mont Pelerin Society e a American Enterprise Association (AEI), faziam parte de uma crescente oposição na década de 1940 às políticas de Roosevelt e à ideologia liberal que passava a imperar no país. Essa oposição, entretanto, não se restringia à economia. As obras de Richard Weaver, William Buckley e Russel Kirk são consideradas peças fundamentais na emergência do conservadorismo na esfera tradicionalista (BRINKLEY 1994, EDWARDS 2003, NASH,



1996 e 2006). De fato, *Ideas Have Consequences* lançado em 1948, é considerado por Nash (2009) um dos três principais livros a definir as bases do movimento intelectual conservador (os outros dois sendo *The Road To Serfdom*, de Hayek, e *The Conservative Mind*, de Kirk).

Escrito logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, Weaver já afirmava nas primeiras linhas que esse seria um livro sobre a “dissolução do Ocidente” (WEAVER, 2008). Preocupado com as causas e os efeitos da decadência das crenças, dos princípios e dos valores da sociedade norte-americana, apresenta durante todo o percurso de leitura do texto, a sua insatisfação com a sociedade “racionalista”, “científica” e “secular” que abdicava de preceitos morais e religiosos. Para ele, a ênfase na racionalidade científica significava um método de dominação que contribuía para uma “cultura de idiotas morais”: indivíduos com dificuldades de entender a diferença entre o “correto” e o “errado”; o “bem” e o “mal”. Essa sociedade “racional” e secular estaria preocupada com os seus direitos, mas não com as suas obrigações; com as partes, mas não com todo; e com o material imediato, mas não com o espiritual de longo prazo. Obviamente, Weaver estava dialogando com o liberalismo de Roosevelt que “provê” sem uma contrapartida daquele que recebe, contribuindo para a “psicologia da criança malcriada”:

Al niño malcriado no se le ha enseñado a comprender que puede existir alguna relacion entre esfuerzo y recompensa. [...] Se les ha hecho creer que el progreso es algo que sucede de manera automática, lo que no los predispone a afrontar obstáculos, y nada sorprendentemente han interpretado el derecho a alcanzar la felicidad como um derecho a gozar de ella, como se se tratara del derecho a voto. [...] Nadie le ha dicho que es el producto de al disciplina y la formacion, y que deberia agradecer el estar sometido a exigências que lo obligan a crecer (Ibidem, I.1390-1410).

Nesse sentido, a “igualdade” é entendida como um conceito desorganizador e injusto já que as relações humanas necessitariam de uma determinada ordem e desigualdade. Sendo os homens naturalmente diferentes entre si, caberia uma diferença social também. O estado de bem-estar social e a distribuição de recursos pelo governo para indivíduos que não necessariamente “merecem” (não possuem a virtude ou o conhecimento necessário para uma maior elevação social), os transformaria em homens “mimados” dependentes das benesses de um governo “bem feitor”. A solução proposta por Weaver é bastante direta: o fim da “cultura da ciência”, da “sociedade racionalista” e do estado que tudo provê; e o retorno dos laços comunitários e familiares na condução de uma sociedade “moral” na qual cada qual ascende socialmente conforme a meritocracia.

Se ideias tem conseqüências, livros também tem. Em específico, o livro de Buckley que o alçaria ao posto de um dos mais importantes intelectuais nos EUA na segunda metade



do século XX (NASH, 2009). Lançado em 1951, *God and Man at Yale* atentava para o ensino “irresponsável” desenvolvido por Yale sob o mantra de “liberdade e abertura acadêmica” e questionava a tendência “coletivista” e “secular” no ensino nessa mesma universidade (BUCKLEY, 2001). Nesse sentido, a obra está centrada em dois duelos interdependentes: um primeiro acerca da religião Cristã e do ateísmo e um segundo entre o individualismo e o coletivismo. “I myself believe that the duel between Christianity and atheism is the most important in the world. I further believe that the struggle between individualism and collectivism is the same struggle reproduced on another level” (Ibidem, 1.786). A “abertura” da universidade era reflexo da “abertura” da sociedade, cada vez mais secular e igualitária. Haveria uma relação intrínseca entre planejamento econômico e totalitarismo, bem como entre ateísmo e comunismo. O trabalho de Buckley, nesse sentido, foi um dos primeiros a compatibilizar as três principais vertentes do que viria a ser o conservadorismo norte-americano.

Por fim, a obra de Kirk, *The Conservative Mind*, lançada em 1953, possui uma importância singular: pela primeira vez o conceito de conservadorismo é exposto em profundidade. Ainda que adentre rapidamente na arena econômica e defenda, assim como os outros conservadores, a ideologia libertária; Kirk passou a ser considerado um expoente importante da vertente tradicionalista do conservadorismo, preocupado nitidamente com as questões morais da sociedade estadunidense. Assim, Kirk formula os seis “pilares do pensamento conservador”:

- 1) Political problems, at bottom, are religious and moral problems;
- 2) Affection for the proliferating variety and mystery of traditional life;
- 3) Conviction that civilized society requires orders and classes;
- 4) Persuasion that property and freedom are inseparably connected. Separate property from private possession, and liberty is erased;
- 5) Tradition and sound prejudice provide checks upon man’s anarchic impulse;
- 6) Recognition that change and reform are not identical, and that innovation is a devouring conflagration more often than it is a torch of progress (Ibidem, p.7-8).

A importância na contribuição de Kirk para o conservadorismo está na sua crítica ao liberalismo relacionando e legitimando-a na religião. Sendo os indivíduos naturalmente desiguais em todos os aspectos, a hierarquização e a desigualdade social e econômica seriam parte de um processo natural e mais próximo das leis divinas. É justamente a desigualdade o fator que ordena a sociedade. Ou seja, no momento em que se nivela “artificialmente” indivíduos com capacidades e virtudes distintas, se elimina a possibilidade de sacrifício. Se esse indivíduo, posto em determinado contexto não exercita sua capacidade de elevação moral



através de esforço próprio prejudicando a sociedade como um todo. O que conduz o progresso seria o descompasso entre as “fileiras de trás e as da frente” (Ibidem, p.156).

Como salienta Nash (1996), esses primeiros autores das décadas de 1940 e 1950 compartilhavam de certos preceitos que formariam a base da doutrina conservadora. Em especial, enfatizavam a necessidade de se repensar os preceitos liberais no que diz respeito a um retorno ao governo mínimo. Interessante verificar a associação feita entre as práticas liberais e o enfraquecimento da tradição e da religião, numa tentativa de tornar esse tipo de política moralmente equivocada aos olhos da religião. No entanto, nem só de ideias o conservadorismo se alimentou na década de 1950. Paralelamente a publicação dessas obras, instaurava-se nessa mesma época fora do âmbito acadêmico e tendo como público alvo operários e cristãos praticantes, duas frentes conservadoras: uma através da igreja e outra através de empresários.

No início da década de 1950, o empresário e membro da FEE, Howard Pew lança a Spiritual Mobilization numa tentativa de frear a ascensão de pastores “liberais” em igrejas evangélicas (PHILIPS-FEIN, 2009). Pew percebia o agigantamento do governo federal como o indício de um governo totalitário. Assim, passou a arrecadar fundos de colegas, amigos e outros empresários numa tentativa de “ensinar” aos pastores os “perigos” do liberalismo. Nesse sentido, enviaria cópias de Hayek para pastores e manteria um diálogo com um grande número deles. O objetivo da Spiritual Mobilization, assim como de outras organizações como a Christian Business Men’s Committees, nunca fora uma tentativa de revitalizar a religião efetivamente; mas sim uma tentativa de revitalizar o capitalismo *laissez faire* a partir de princípios religiosos.

As políticas de bem-estar social iniciadas com o New Deal passavam a ser combatidas também por empresários dentro das próprias empresas. O exemplo da General Electric (GE) nesse sentido, é emblemático, seja pelo o que essa empresa representava na economia norte-americana, seja pelo escopo que os seus programas de “ensino” alcançavam, seja pelo papel desempenhado pelo mais importante ator nessa missão, Ronald Reagan. De fato, as décadas de 1940 e 1950 testemunhavam mudanças significativas nas vidas dos operários estadunidenses. Desde Roosevelt e Truman houve o fortalecimento de sindicatos. Aumento de salário, seguro saúde, férias remuneradas e pagamento de hora extra eram adquiridos por esses sindicatos, seja através de negociação, seja através de greve³. Também nesse mesmo período, o salário médio da família aumentava progressivamente em função da maior

³ Nesse período, 1/3 da força de trabalho fazia parte de um sindicato, o maior número da história dos EUA até hoje (PHILIPS-FEIN, 2009).



redistribuição de lucros empresariais e das políticas liberais implementadas nos governos democratas. Os sindicatos passaram a ser uma ameaça aos grandes empresários.

A GE, terceira maior empresa empregatícia dos EUA, resolveu “solucionar” o problema a partir de uma ampla campanha de “reeducação política” para os mais de 190 mil empregados. Esse programa seria amplamente reconhecido pelos empresários norte-americanos (e copiado na maioria dos casos) pela sua resistência contra o poder sindical e contra a política econômica liberal caracterizada pelo New Deal. Lemuel Boulware, responsável pela coordenação do programa de reeducação, fez das fábricas da GE uma verdadeira escola sobre o pensamento e a ideologia libertária na área econômica. A GE distribuía obras de Hayek e Mises, artigos publicados por membros da FEE e da MPS, e uma espécie de “jornal” da empresa onde o pensamento desses autores eram resumidos e escritos em uma linguagem mais acessível. Supervisores recebiam aulas intensivas e um *checklist* de possíveis perguntas e respostas dos operários antes de ministrar eles próprios as “lições” do dia. A qualquer indício de paralisação, ameaçavam transferir a mão de obra para outro país com um custo de produção menor. O programa de reeducação política contava ainda com uma extensa propaganda na TV, rádio e jornais da comunidade atentando para o poder destrutivo dos sindicatos e para os benefícios da indústria para a população. Nessas publicações se podia perceber a tentativa de retratar as paralisações como prejudiciais ao próprio trabalhador como demonstra uma propaganda em outdoor “If there is a strike, how long would it take the company to regain its market position once it has settled? How many jobs will be lost before the company could regain the business it would lose during a strike?” (GE *apud* Ibidem, p.104). Esse programa representava uma nova maneira de se pensar sobre o operário – um tipo de audiência política, um grupo de indivíduos que poderiam ser “ensinados” a opor-se às políticas do New Deal. O segundo passo seria, portanto, adentrar na arena política, através da conversão de uma massa de operariado. Para esse fim, Ronald Reagan seria contratado.

Reagan era ator de cinema quando em 1954 foi contratado pela GE como um “garoto propaganda” da empresa para percorrer as fábricas dando palestras aos funcionários acerca dos benefícios do livre mercado e os perigos do liberalismo. A escolha tinha um objetivo: o apelo que só um ator de cinema, conversando diretamente com funcionários, podia oferecer. Reagan passaria a visitar as unidades da GE dando palestras e conversando informalmente com funcionários numa tentativa de catequizá-los acerca do funcionamento da economia. Inicialmente as palestras focavam-se nas vantagens do livre mercado para a economia; no entanto, com o desenvolver do tempo, Reagan passaria a incorporar outros temas como o anti-



comunismo. Da mesma forma, passaria a dar essas palestras não só nas fábricas da GE, mas também em associações, escolas e Câmaras de Comércio.

Ao mesmo tempo em que o movimento conservador se fortalecia, saindo da arena acadêmica e chegando à Igreja evangélica e ao chão das fábricas; ele se fragmentava. Os proponentes das vertentes libertária e tradicionalista nem sempre dialogavam entre si, contribuindo para um movimento descaracterizado e fragmentado. Tensões profundas existiam entre aqueles que defendiam o livre mercado e aqueles que defendiam um retorno a moralidade e religiosidade perdida. Hayek, Mises e Rand, por exemplo, eram proponentes de um tipo de liberalismo clássico que não se restringia a arena econômica, mas à própria sociedade. Para esses autores, o governo mínimo e a liberdade priorizada na economia se estendia também na arena pessoal. Esse não era o pensamento de outros conservadores como Buckley, Nisbet, Weaver e Kirk que separavam essas esferas: de um lado o governo mínimo para uma maior liberdade individual na arena econômica; do outro, um governo que tem o dever de zelar pela moralidade da sociedade. O movimento conservador se fragmentava ainda mais com o decorrer da Guerra Fria que inibia isolacionistas como Nisbet e Rand, por exemplo enquanto dava maior legitimidade aos militaristas como Buckley e Kirk. O único ponto que de fato os unia, era a rejeição ao liberalismo.

A solução veio com o esforço de Frank Meyer e William Buckley de formular uma síntese dessas vertentes (o fusionismo) e de disseminá-la através de artigos e da construção de uma revista que seria a porta-voz dessa junção: a *National Review*, reconhecida hoje como a mais influente revista política na segunda metade do século (NASH, 2009, p.162). O ponto central do fusionismo, é o entendimento de que a preocupação libertária com a liberdade individual e a preocupação tradicionalista com a moralidade e a religião, longe de serem antagônicas, faziam parte de uma mesma filosofia política. Para Meyer,

The historical fact is – and it adds to the complexity of our problems – that the great tradition of the West has come to us through the nineteenth century, split, bifurcated. [...] Conservatives today can reject neither side of nineteenth century heritage; they must draw upon both. Differences of emphasis between libertarian and traditionalist cannot be avoided and should not be regretted (MEYER, 1960, p.362).

O fusionismo, assim, é produto de determinados indivíduos que conscientemente forçavam uma identificação entre as vertentes libertária, tradicionalista e anti-comunista do conservadorismo e as legitimava através de artifícios vários como artigos e de debates publicados pela *National Review*. Ao fim, fusionistas defendiam o entendimento de que liberdade e capitalismo necessitavam de uma justificativa moral e religiosa. A revista,



fundada em 1955 por Buckley e tendo auxílio financeiro de grandes empresas norte-americanas⁴, buscava ser esse “guarda-chuva” a abrigar as diferentes vertentes conservadoras. Assim, propunha-se a publicar artigos fortemente anti-comunistas, tradicionalistas e libertários, defendendo o livre mercado enquanto reconhecia a autoridade divina e a necessidade de combater o comunismo. A própria seleção dos editores refletia essa fusão; dentre eles: Frank Chodorov e John Chamberlain representavam o campo libertário, Russell Kirk e Brent Bozell o tradicionalismo, e Frank Meyer e Richard Weaver uma mescla de ambas as vertentes.

A importância da *National Review* não pode ser menosprezada. Ao articular as diferentes vertentes do movimento conservador, ela contribuiu para a própria definição dessa ideologia. Nesse sentido, ela serviu para definir o que é e o que não é conservadorismo, bem como para separar quem é e quem não é conservador - isolacionistas e libertários extremados como era o caso de Rand, não seriam incluídos no “guarda-chuva” conservador. Para Brennan (1995, p.11), “*National Review* was more than just a chronicler of contemporary events. It played a vital role in articulating conservative grievances and consciously arousing and uniting the various dissatisfied factions”.

Com o sucesso do fusionismo, da *National Review*, e das várias associações e obras publicadas; a década de 1950 lançava as bases para uma doutrina conservadora relativamente coesa e que podia fazer frente ao liberalismo prevalecente. O próximo passo seria adentrar na política. A década de 1960, nesse sentido, se tornaria um marco para o sucesso do movimento conservador que, emergindo quase que da escuridão na década de 1950, ganharia proeminência no PR com a nomeação de Goldwater em 1964.

A eleição de Godwater, então senador do Arizona pelo Partido Republicano foi resultado de um esforço conjunto de intelectuais, ativistas, empresários e instituições conservadoras. Segundo Nash (1996), o papel desses indivíduos se mesclou com a política de um modo nunca antes presenciado na história dos EUA: a *National Review* foi responsável pela promoção da candidatura desde o seu início, Kirk ajudou a preparar discursos para Goldwater, Milton Friedman foi seu conselheiro econômico e intelectuais como Meyer, Buckley e Rand se esforçaram na divulgação e no apoio ao candidato. A eleição de Goldwater, assim, foi um projeto conjunto de indivíduos “de fora” do PR que buscavam colocar o ideário conservador na agenda política através de um veículo para isso. Faz-se

⁴ Entre eles, Roger Miliken da indústria têxtil, Lemuel Boulware da General Electric e Jeremiah Milbank, financeiro de Nova York (PHILIPS-FEIN, 2009).



importante mencionar também o papel de grandes empresários que, antes mesmo da candidatura ser formalizada, já iniciavam um processo de doação maciça a Goldwater⁵.

Membro da AEI, Phyllis Schlafly também fora uma figura central nessa candidatura. Vice-presidente da National Federation of Republican Women (NFRW), Schlafly é reconhecida hoje como uma das mais importantes vozes no movimento conservador em função da sua oposição ao movimento feminista e, em específico ao ERA (Equal Rights Amendment)⁶. Utilizou-se de várias ferramentas para divulgar o ideário conservador (escreveu livros, coordenou manifestações, ministrava palestras e divulgava discursos na rádio e na TV) e concentrava nela própria, todas as vertentes conservadoras. Foi instrumental na campanha de Goldwater por dois motivos: primeiro, por conta da sua projeção na defesa da “família” e da religião, era responsável por um alto número de seguidoras contrárias às políticas feministas a qual atrelavam o fim da família tradicional; essas mesmas seguidoras se tornariam um “batalhão” *grassroot* na campanha à nomeação de Goldwater (DIAMOND, 1995). E, em segundo lugar, pela divulgação da obra *A Choice not an Echo* (1964), livro que reconta como a facção liberal do PR era de fato majoritária e, ao contrário de apresentar uma opção diferenciada ao público eleitor, era responsável por uma releitura das políticas liberais do PD. A divulgação de seu livro alçou números exorbitantes para uma obra que se propunha a questionar a condução de um partido político e foi fundamental na eleição de Goldwater⁷.

Por fim, a “construção” da candidatura de Goldwater por conservadores contou com uma estratégia ousada e até então pouco utilizada na política: a divulgação de uma espécie de “livro de campanha”. *The Conscience of a Conservative*, escrito por Bozell (cunhado de Buckley) em 1960, mas atribuído a Goldwater, venderia 70 mil cópias em poucas semanas depois de lançado (DIAMOND, 1995). Nele, Goldwater (ou Bozell) listava de forma bastante acessível ao leitor as linhas basilares do movimento conservador; dentre elas, a necessidade de vitória sobre o comunismo através de políticas intervencionistas e autônomas (demonstrando descrença a políticas de ajuda humanitária e a organismos multilaterais como as Nações Unidas); uma diminuição do escopo do governo federal, defesa da “liberdade”

⁵ Entre eles, a família Du Pont, a família Eli Lilly, Jasper Crane, Walt Disney, Walter Knott, Horace Stoneham, Dan Gayney, Lemuel Boulware, entre outros (PHILIPS-FEIN, 2009).

⁶ Schlafly foi responsável pelo movimento STOP ERA (Stop Taking Our Privileges ERA), fundamental para a não ratificação da ERA em diversos estados norte-americanos (FARBER, 2010).

⁷ Em alguns meses, *A Choice not an Echo* vendeu 3.5 milhões de cópias. De acordo com pesquisas feitas nas primárias de 1964, 93% dos delegados da convenção republicana relataram que haviam lido a obra de Schlafly e 26% deles afirmaram que o livro teria sido decisivo para a escolha de Goldwater (FARBER, 2010).



econômica e a necessidade de ordem, tradição, hierarquia e religião na condução da sociedade norte-americana.

A nomeação de Goldwater serviu tanto para “institucionalizar” essa ideologia no PR (GIFFORD e WILLIAMS, 2012, p.263). Conforme atenta Crichtlow, a figura de Goldwater colocava fim a “me too politics” e a tendência liberal na política (CRITCHLOW, 2007, p.44), contribuindo assim para sair do centro e “empurrar” o partido para a direita do espectro político (THOMPSON, 2007). A nomeação de um “Mr. Conservative” tornou mais claro os preceitos conservadores para o eleitorado e marcou o início da polarização partidária.

O PR foi derrotado nas urnas em 1964, mas não o movimento conservador. Ao contrário, a década de 1960 e 1970 seria fundamental para a reorganização do movimento e para a captura, mais uma vez, da nomeação de um conservador à presidência em 1980, dessa vez com sucesso. É nesse período que Buckley inicia o que viria a ser mais longo programa de debates na história da televisão norte-americana, o *Firing Line* que visava a exposição da ideologia conservadora e mesmo do embate entre as suas diferentes vertentes em rede nacional. É nesse período que revistas como *National Review* ganham proeminência enquanto outras tantas do mesmo estilo conservador passam também a circular e ganhar destaque. E, por fim, é também nesse momento que *think tanks* tal como AEI tem um crescimento explosivo e passam a trabalhar de forma mais direcionada, buscando influenciar uma determinada formação de opinião pública (PHILIPS-FEIN, 2009)⁸. Esse período seria ainda fundamental para a maturação do movimento conservador e da sua relação com o PR por conta da emergência da direita religiosa e dos neoconservadores.

A direita religiosa, denominação dada à coalizão de religiosos praticantes que abarca católicos, judeus ortodoxos, protestantes, pentecostais e evangélicos e de organizações como a Moral Majority e a Christian Coalition, antes avesso a política, esse movimento transformaria a agenda norte-americana por conta dos chamados “social issues” das décadas de 1960 e 1970 abrangendo temas relacionados com a moralidade, religião, sexualidade e família. Em específico, temas como aborto, direitos homoafetivos e a adoção de certos livros nas escolas seriam a pauta desses grupos nesse período (ROZELL in ABERBACH e PEELE, 2011). A direita religiosa, no entanto, só alcançou uma proeminência nacional graças à infraestrutura desenvolvida por igrejas (as “megachurches”) e veículos de comunicação (os “electronic ministry”). O “religious broadcast” desse movimento inclui redes de televisão e de rádio com

⁸ A AEI teve o seu orçamento aumentado em dez vezes nesse período graças a doação de fundações como a Ford Foundation, a Lilly Endowment, a Scaife Foundation, entre outros; e de empresas como a General Motors, US Steel, Mobil, Standard Oil, etc. (CRITCHLOW, 2007 e GIFFORD e WILLIAMS, 2012).



amplo alcance e altos *ratings*; a divulgação de livros e de atividades *grassroot*; e de organizações lobbyistas situadas em Washington⁹ com lideranças como Jerry Falwell, Ralph Reed e Pat Robertson.

Em 1979, Falwell formaria a Moral Majority, uma organização “pro-life, pro-family, pro-moral and pro-American” (FALWELL *apud* SCHNEIDER, 2009, p.138) com o objetivo de mobilizar ativistas “morais” e desenvolver políticas de lobby no Congresso contra a tendência “esquerdista” de bem estar social “that destroys our precious freedom” (Ibidem). A Moral Majority seria uma peça fundamental na eleição de Reagan, servindo como uma espécie de exército *grassroot* na divulgação da candidatura e na mobilização de eleitores (SCHNEIDER, 2009 e DIAMOND, 1995)¹⁰. A influência de Falwell não pode ser negligenciada, ao distanciar-se do papel de espectador preocupado com temas específicos e mover-se em direção a uma organização com implicações políticas, trouxe para essa arena a preocupação moral e religiosa que seria parte contínua da agenda política nacional e modificaria o PR. A religião a partir desse momento passaria a ser uma característica intrínseca tanto no movimento conservador quanto no PR.

Ao contrário da Moral Majority que se constituía de pastores locais; a Christian Coalition, criada por Pat Robertson em 1989 e dirigida por Ralph Reed, concentrava entre suas lideranças empresários. O objetivo, assim como no caso da Moral Majority, era o de formar uma organização que levaria os preceitos religiosos para a política, mas as técnicas eram outras, mais empresariais e hierárquicas (ROZELL *in* ABERBACH e PEELE, 2011). Robertson, que na década de 1980 possuía um network cristão de canais de televisão (a CBN sendo a mais importante), um programa de televisão (700 Show), uma universidade e uma firma de advocacia; resolveu candidatar-se à presidência pelo PR em 1988. Ainda que não tenha recebido a nomeação pelo partido, foi o candidato que mais recebeu contribuições financeiras e cuja lista de voluntários ativistas era a maior, demonstrando a força política que a coalizão iniciada por Falwell e desenvolvida por Robertson, detinha (ROZELL *in* ABERBACH e PEELE, 2011).

Por fim, outra vertente desponta na década de 1970 e será fundamental tanto na condução do PR como na redefinição do movimento conservador: o neoconservadorismo.

⁹ Dentre as redes de TV, destacam-se o Family Channel, o Trinity Broadcasting Network, e o Christian Broadcasting Network. Dentre as organizações lobbyistas, destacam-se o National Association of Evangelicals e o National Religious Broadcasters. Dentre as organizações e atividades *grassroots*, destacam-se o Promise Keepers, Focus on the Family, Concerned Women for America, entre outros (DIAMOND *in* ANSELL, 2001).

¹⁰ Em um ano de funcionamento, a Moral Majority dispunha de 400 mil membros, \$1.5 milhões em contribuições e registrava 3 milhões de votos (DIAMOND, 1995).



Trata-se de um grupo de indivíduos que, anteriormente identificados com o Partido Democrata, se desvinculam desse por conta de um conjunto de divergências internas¹¹, passando a defender certos princípios relacionados à forma de atuação da política externa no pós Segunda Guerra Mundial. Esses intelectuais são reconhecidos pelos seus posicionamentos anticomunistas e pela ênfase dada no intervencionismo autônomo.

Seus proponentes iniciais, Irving Kristol, Daniell Bell, Nathan Glazer, Seymour Martin Lipset e Daniel Moynihan eram “socialistas não comunistas” (HALPER e CLARKE, 2004). De fato, o “anticomunismo” era a palavra que melhor os definia. A “new left”, tal como esses intelectuais atribuíam o deslocamento do Partido Democrata para a extrema esquerda, era combatida por meio de artigos em revistas próprias neocoservadoras, como era o caso da *Commentary* e da *Public Interest*. A partir de 1960, esses intelectuais formariam laços com importantes *think tanks* conservadores, dentre eles, o AEI e a Heritage Foundation, iniciando um processo tanto de conversão ao conservadorismo quanto de inserção no PR.

Durante a década de 1970, a defesa de um engajamento ativo contra a União Soviética e a crítica à política de apaziguamento seria o mote dos neoconservadores que atacariam tanto os governos republicanos de Nixon e Ford, como o democrata de Carter. Nesse momento, já era impossível ignorar o movimento que contava com um número crescente de apoiadores e contribuições de intelectuais¹². No entanto, ainda que com uma agenda política específica, esses intelectuais concentravam-se no meio acadêmico. Suas contribuições restringiam-se, ao menos em sua grande maioria, ao debate intelectual que as revistas e *think tanks* lhe permitiam. Com a ascensão de Reagan a presidência, no entanto, esse padrão seria mudado.

Com uma agenda de política externa baseada no ativo anti-comunismo e engajamento militar contra a União Soviética, o então presidente passou a representar a causa neoconservadora. Como consequência, neoconservadores aliaram-se ao PR, ocupando posições nessa administração¹³. Essa segunda geração de neoconservadores se diferencia da primeira na medida em que, ao contrário dos anteriores, se utilizam do meio acadêmico e intelectual, mas passam a ser definidos não por suas produções textuais, mas por suas contribuições nas administrações republicanas que se seguem. Expoentes como William

¹¹ Em específico por conta da nomeação de McGovern pelo PD em 1972 que enfatizava uma política de *appeasement* e diálogo com a URSS.

¹² Um estudo desenvolvido por Peter Steinfelds em 1979 apontou que 1 em cada 4 “elite intellectuals” considerava-se neoconservador (HALPER e CLARKE, 2004, p.46).

¹³ Dentre eles, Richard Perle, Jeane Kirkpatrick, Mak Kampelman, Elliott Abrams, Paul Wolfowitz, Richard Allen, Fred Ikle, Kenneth Adelman, William Bennett, Linda Chavez, Chester Finn, Robert Kagan, William Kristol e Richard Pipes (DORRIEN, 2004, p.10).



Kristol, Robert Kagan, John Podhoretz, Perle e Wolfowitz passariam a dominar a política externa norte-americana na década seguinte durante o governo G.W.Bush.

A eleição de Reagan é considerada o ápice para o conservadorismo nos EUA. De fato, o conservadorismo hoje mantém essa mesma fusão ainda que com novas estratégias, lideranças e movimentos. Figuras como Rush Limbaugh e Newt Gingrich são hoje conhecidos porta vozes desse movimento que se utiliza cada vez mais de veículos de comunicação em massa, como é o caso da Fox News e de movimentos aparentemente *grassroots* como é o caso do Tea Party. No entanto, divisões permanecem. Nacionalistas isolacionistas, ou “paleoconservadores”, como Buchanan e tradicionalistas como Nisbet permanecem em constante disputa com internacionalistas intervencionistas com relação à agenda de política externa do partido bem como a própria definição do ideário conservador (SCHNEIDER, 2009); “conservadores reformistas” que passariam a questionar as bases libertárias na economia propondo um estado de bem estar social mínimo (BASSETS, 2015); e libertários como Mickey Edwards e Ron Paul que questionam tanto o tradicionalismo da direita religiosa como o intervencionismo dos neoconservadores. O que se quer deixar claro é que o conservadorismo nunca foi uma ideologia de uma única “voz”, mas um amálgama de visões de mundo, agendas políticas e proponentes que nem sempre dialogam entre si. Ainda assim, foi sendo construído de modo a abarcar ao menos no seu exterior, uma certa coesão.

O conservadorismo é, em primeiro lugar, uma reação contra o liberalismo. Para os libertários, o liberalismo significa um governo federal cada vez maior, associando-se a um estado totalitário, que retira parte da propriedade privada do indivíduo para redistribuição e para manutenção do seu aparato burocrático. Para os tradicionalistas, o liberalismo significa a erosão dos valores Cristãos e da tradição norte-americana. É a desintegração da família tradicional, é a erosão do papel dos pais como educadores, a desestruturação das funções tradicionais desenvolvidas por homens e mulheres. Já para os intervencionistas militaristas, o liberalismo é a capitulação dos Estados Unidos frente ao mundo externo. É o enfraquecimento da sua soberania frente a acordos e organismos internacionais e do próprio território nacional frente a políticas de *appeasement*.

Em resumo, na área econômica o conservadorismo é libertário. Valoriza o *laissez faire*, a iniciativa privada e um governo federal com escopo de atuação mínimo. Sua concepção de justiça valoriza uma certa hierarquia: familiar, social e econômica. A utilização da religião como forma de justificativa e legitimação dessas questões é presente. Há uma menção implícita ou explícita a uma certa ordem divina: o homem e a mulher são diferentes porque detêm funções distintas; ao pobre foram colocados percalços para que obtenha por ele



próprio uma redenção futura; a vida é uma dádiva divina; enfim, a religião e a tradição são as diretrizes conservadoras no que diz respeito às questões sociais. Por fim, na arena externa, o conservadorismo defende uma idéia de defesa nacional através de expansão militar e intervencionismo autônomo. Valoriza a sua soberania, o seu território e os seus nacionais.

Considerações Finais

Buscou-se fazer uma apresentação das duas mais importantes correntes ideológicas nos EUA - o liberalismo e o conservadorismo - a partir de como esses conceitos foram sendo construídos, seja por determinadas lideranças políticas que trouxeram à superfície preceitos progressistas como no caso do liberalismo; seja por certos grupos de indivíduos *outsiders* dos partidos políticos que conscientemente se articularam para levar para o campo da política a sua visão de mundo, como no caso do conservadorismo. Longe de serem ideologias “naturalmente” concebidas e desenvolvidas, elas foram “fabricadas” ou “criadas” a partir de determinados momentos e com atores bastante específicos com objetivos e estratégias distintos.

De fato, como bem argumentou Weaver, ideias tem consequências. A criação e manifestação de determinadas ideias, como foi o caso do Liberalismo e do Conservadorismo nos Estados Unidos a partir de Frankin Delano Roosevelt e da tríade empresários, ativistas e religiosos, respectivamente; foram responsáveis por pautar nos Estados Unidos duas agendas políticas opostas desde meados do século XX até o período atual e, como tal, duas visões alternativas de mundo e de sociedade. Essas visões de mundo, ao fim, não são visões perenes ou perpétuas. Da mesma maneira que foram “inventadas” em um determinado momento por conta de uma certa conjuntura específica, podem ser reinventadas ou substituídas por novas ideias parte de um contexto doméstico e/ou internacional diferente.

Bibliografia

ABERBACH, Joel; PEELE, Gillian (ed.). **Crisis of conservatism:** The Republican Party, the Conservative Movement, and American Politics After Bush. Oxford: Oxford University Press. 2011.

ANSELL, Amy (ed). **Unraveling the Right:** The new conservatism in American thought and politics. Boulder: Westview Press, 2001.

BASSETS, Marc. **Direita dos EUA Redefine sua Ideologia ao Assumir mais Poder.** El País Brasil, 03/2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/03/internacional/1420261274_922018.html . Acesso em 01/04/2015.



BRENNAN, Mary. **Turning Right in the Sixties: The Conservative Capture of the GOP**. Chappel Hill: The University of North Carolina Press, 1995.

BRINKLEY, Alan. **The Problem of American Conservatism**. *The American Historical Review*. Volume 99, Issue 2 (April 1994), p. 409-429.

BUCKLEY JR., William. **God and Man at Yale**. Washington: Regnery Publishing; Kindle e-book, 2001.

CHAFE, William (Ed.). **The Achievement of American Liberalism**. New York: Columbia University Press, 2003.

CRITCHLOW, Donald. **The Conservative Ascendancy: How the GOP Right Made Political History**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

DALLEK, Robert. **Flawed Giant: Lyndon Johnson and His Times**. New York: Oxford University Press, 1998.

DIAMOND, Sara. **Not by Politics Alone**. New York: Guilford Press, 1998.

DORRIEN, Gary. **Imperial Designs**. New York: Routledge, 2004.

EDWARDS, Mickey. **Reclaiming Conservatism**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FIORINA, Morris. **Americans have not become more politically polarized**. *The Washington Post*, 23 de junho de 2014.

GIFFORD, Laura Jane e WILLIAMS, Daniel (Eds). **The Right Side of the Sixties: Reexamining conservatism's Decade of Transformation**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GOTTFRIED, Paul. **Conservatism in America: Making sense of the American right**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

GREEN, David. **The Language of Politics in America**. London: Cornell University Press, 1992.

HALPER, Stefan e CLARKE, Jonathan. **America Alone**. New York: Cambridge University Press, 2004.

HANES, Sharon e HANES, Richard. **Great Depression and New Deal Almanac**. New York: Thompson Gale, 2003.

HEALE, J. Franklin D. Roosevelt: **The New Deal and War**. New York: Routledge, 1999.

HIMMELSTEIN, Jerome. **To The Right: The Transformation of American Conservatism**. Berkeley: University of California Press, 1989.

JOHNSON, Lyndon. **The American Presidency Project**. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/inaugurals.php>. Acesso em 16/09/2013.



KIRK, Russell. **The Conservative Mind: From Burke to Santayana**. Chicago: Henry Regnery Company. 1953.

LAWSON, Alan. **A Commonwealth of Hope: The New Deal Response to Crisis**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2006.

MANN, James. **Politics is more Broken than Ever**. The Atlantic, 2014. Disponível em <http://www.theatlantic.com/politics/print/2014/05/dysfunction/371544/>> Acesso em 08/05/2015.

MCCARTY, Nolan, POOLE, Keith. e ROSENTHAL, Howard. **Polarized America**. London: The MIT Press, 2006.

MEYER, Frank. **Freedom, Tradition, Conservatism**. Modern Age, 1960.

NASH, George. **Reappraising the Right: The Past and Future of American Conservatism**. Wilmington: ISI Books, 2009.

_____. **The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945**. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996.

PHILIPS-FEIN, Kim. **Invisible Hands: The Making of the Conservative Movement from the New Deal to Reagan**. New York: W.W. Norton and Company, 2009.

PIERSON, Paul e SKOCPOL, Theda (Eds.). **The Transformation of American Politics: Activist Government and the Rise of Conservatism**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

POCOCK, J. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

ROOSEVELT, Franklin D. **The American Presidency Project**. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/inaugurals.php> . Acesso em 16/09/2013.

SCHNEIDER, Gregory. **The Conservative Century: From Reaction to Revolution**. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2009.

THOMPSON, Michael. **Confronting the New Conservatism: The rise of the right in America**. New York: New York University Press, 2007.

WEAVER, Richard. **Las Ideas Tienen Consecuencias**. Madrid: CiudadelaLibros; Kindle e-book, 2008.